

## **Relato completo da Reunião**

**Brasília, 16 de maio de 2012**

### **Diretoria Executiva do PROIFES-Federação**

O Secretário das Relações de Trabalho do MPOG, Sérgio Mendonça, iniciou a reunião parabenizando os professores pelas pressões realizadas, que sensibilizaram o governo federal para retirar o PL2203/11 e cumprir o acordo, com o reajuste de 4% e a incorporação da GEMAS e da GEDBT através da MP568, publicada em 14/05/2012. Segundo ele, esta não tem sido uma decisão usual do governo e que, por isso, compreende que é um momento de valorização muito significativo que auxilia para o avanço do diálogo nesta mesa de negociação: “É um passo relevante do governo que foi impulsionado por três pressões – dos professores e dos ministros da Educação e do Planejamento”.

O professor Eduardo Rolim, Presidente do PROIFES-Federação argumentou que a MP foi importante, inclusive porque corrigiu a tabela de acordo com o acordado, ou seja, os 4%, pois ela estava errada no PL. Entretanto, ressalta que a entidade considera como muito negativo o fato do governo não ter aproveitado a MP para retirar do PL a nova forma de calcular os adicionais de insalubridade e periculosidade. Informa ainda que o PROIFES-Federação vai brigar no Congresso Nacional para a derrubada deste ponto.

A professora Rosana Borges, diretora presidente da Adufg-Sindicato, complementou que o acordo assinado no ano passado não trata desta pauta, que sequer entrou em discussão nas mesas de negociação: “A MP avança na concessão dos 4% retroativos a março, mas não avança quando mantém uma nova regra que sequer foi debatida com as entidades e que, na prática, prejudica financeiramente os professores. Há um descontentamento enorme nas universidades sobre este ponto da MP”. O Sinasefe lembrou que na MP novamente não estão incluídos os professores dos ex-Territórios e dos Colégios Militares que não estão na Carreira de EBTT. Nenhuma outra entidade se manifestou sobre a MP neste momento.

Após um rápido debate sobre este tema, o secretário Sérgio Mendonça informou que, conforme o combinado, na reunião de hoje o governo vai apresentar alguns pontos que sintetizam as negociações, embora o governo não tenha tido tempo hábil para escrever, de forma definitiva, uma minuta de PL.

A proposta oficial do Governo passou a ser apresentada por Marcela Tapajós, nos termos já relatados, com os debates já apresentados acima.

Dulce, da SESU/MEC disse que o que se buscou foi construir duas carreiras muito semelhantes, mas divergentes nas suas especificidades. A retirada de uma nova classe (professor sênior), a diminuição do interstício para o MS, conforme já ocorre no EBTT, representam alguns avanços frutos de um recuo do próprio MEC.

O professor Eduardo Rolim afirmou que a proposta avança, mas que ainda deixa pontos a desejar. Lembra que, em virtude das novas regras previdenciárias, nos interessa ficar mais tempo no topo da carreira e que, uma carreira de 22 anos e meio, ainda prejudica, especialmente as professoras do EBTT, que podem aposentar-se com 25 anos de carreira. Há, portanto, que se rever o tamanho da carreira e também a duração do interstício. Lembra também que é uma pauta do PROIFES-Federação o reenquadramento de professores ativos e aposentados, retidos na classe de adjunto, e que a entidade tem uma expectativa em relação a isso nesta mesa de negociação e encerra sua fala colocando um quarto ponto, que é a discordância com o pensamento de que, para chegar na última classe da carreira, o professor deva ter doutorado e atuar na Pós-Graduação. Ainda criticou o “Notório Saber Tecnológico”.

A Professora Rosana Borges ressaltou que a proposta avança, mas que precisa avançar mais diante dos seguintes pontos: todos os professores devem ter o direito de chegar ao topo da carreira, independente da sua titulação. A RT já estabelece uma distinção salarial no que se refere à titulação; discussão do interstício; diminuir a quantidade de meses em cada interstício é interessante, porque assim chegaremos mais rápido ao topo da carreira. No entanto, isso vai prejudicar professores do MS de diversas áreas que requerem um maior tempo para maturar um artigo e publicá-lo, exigência da avaliação de desempenho docente. Proposta: manter os 6 anos, mas com 2 níveis, com progressão de 36 meses, e não em 18 meses. Questões de gênero já estabelecidas nas regras da aposentadoria e questões relativas à diferença do tempo de serviço para que professores do EBTT e MS se aposentem têm que levadas em consideração, pois todos devem ter a mesma possibilidade de ficar mais tempo no topo da carreira. Pela regra previdenciária atual, o professor do MS aposenta-se com 35 anos de carreira e a professora com 30 anos. Já os professores do EBTT aposentam-se com 30 anos e as professoras com 25. Isso já está estabelecido e para que, principalmente as professoras não sejam prejudicadas com uma carreira muito longa, ou a gente diminui a duração da carreira, ou estabelece regras distintas para que todos(as) possam ficar no mínimo oitenta meses no topo da carreira.

O professor Brandão questionou a proposta do governo no que se refere à proposta de ‘equivalência do conhecimento técnico/tecnológico adquirido, uma vez que compreende que todos os professores têm direito de percorrer todas as classes da carreira e que, nem todos os professores do EBTT atuam no ensino tecnológico. Sugeriu também que as nomenclaturas de ambas carreiras (EBTT e MS) sejam a mesma, para evitar confusões, já que terão o mesmo teto e o mesmo piso. Reforçou o argumento de que a primeira classe não tenha níveis e a necessidade da extensão da carreira girar em torno de 16/18 anos.

A professora Sílvia questionou a proposta do governo de retribuição por projetos institucionais, porque se for em termos de gratificação, dentro de pouco tempo estaremos na mesa de negociação ou com processos judiciais solicitando sua incorporação, uma vez que já está definido que a composição salarial é VB/RT. Lembrou que na UFBA os professores do EBTT são professores de creche, que lidam com bebês e crianças na primeira infância e têm uma dinâmica de trabalho completamente distinta de um “saber tecnológico” que deve ser respeitada. Ressaltou também que não há concordância de sua parte com a progressão em 18 meses que, além do que já levantou a profa. Rosana Borges, ainda gera processos burocráticos

extremamente desgastantes nas universidades. Finalizou sua fala dizendo que, se titular for topo de carreira, todos devem chegar a ele.

Professor Lúcio Vieira solicitou que seja retirado da discussão de carreira a retribuição por projetos, por perceber que ela não é essencial a este debate e trás risco de trazer para dentro de uma carreira pública uma discussão de mercado. Solicita também que avancemos na discussão do tamanho da carreira, uma vez que está muito claro que, com as novas regras previdenciárias, temos que ter uma carreira mais enxuta. Disse que percebe, na fala do governo, uma mudança de lógica de carreira. Compreende que a promoção e a progressão são instrumentos de incentivo, e não barreiras de progressão e diz não compreender porque o governo não avança neste ponto, porque, para os EBTTs, por exemplo, pode-se, independente da titulação, chegar ao topo da carreira. “Qual é a lógica de um professor que não tem necessidade de fazer um doutorado ser mantido numa classe sem nenhum incentivo de promoção ou progressão?” – pergunta.

Professor Marcelino perguntou quando o governo vai falar em impacto orçamentário e professora Rosana Borges complementa perguntando se o MPOG já analisou o impacto de equiparação com o teto e piso salarial da C&T, respeitando-se a DE, que não existe naquela carreira. Perguntou também se até 31 de maio sairíamos com uma carreira reestruturada, inclusive do ponto de vista salarial. O secretário Sérgio Mendonça respondeu que o governo está analisando vários impactos orçamentários, inclusive o da equiparação e que não sabe responder se até o dia 31 de maio o governo conseguirá definir a questão salarial.

Após extenso debate, às 22 horas, o governo começa a se posicionar sobre as críticas das entidades. O Prof. Aléssio Trindade, da SECTEC, diz que o governo acha justas as reivindicações no que se refere aos EBTTs e está disposto a rever a proposta.

O secretário Sérgio Mendonça afirma que tem muitos pontos para rever na bancada do governo e construir o consenso no próprio governo. Sugere marcar uma agenda para frente, a fim de afunilar as discussões e fechar os trabalhos no prazo de 31 de maio.

Próxima agenda do GT de negociação: dia 28 de maio, às 11h.

A reunião foi encerrada às 22h15.